



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8511

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Diversos

Autoria: Executivo Municipal

Data: 31/03/2015

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 46/2015. Dispõe sobre a realização de estágio na Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Transporte e Trânsito de Montes Claros – MCTRANS, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 4.811, de 11/08/2015).

Controle Interno – Caixa: 9.5

Posição: 11

Número de folhas: 15

Cópia: P.L.
Categoria: Revisão
Cr: 9.5
Ordem: 11
Nº de fls.: 12



Nº 72/2015
04.08.2015

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 46/2015

Lei nº 4.811, de 11/08/2015

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Realização de Estágio na Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Transporte e Trânsito de Montes Claros - MCTTRANS e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

Entrada em 31/03/2015
Comissão Legislação e Justiça.

- 1 -
- 2 - VISTAS POR 3 DIAS EM 19.05.2015
- 3 - ADIAMENTO DE VOTAÇÃO EM 02-06-2015
- 4 - ~~PROPOSTA~~ APROVADO EM PLENÁRIA
- 5 - DE VIGÊNCIA EM 04.08.2015
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

46

PROJETO DE LEI Nº _____ DE 30 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO NA EMPRESA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E EDUCAÇÃO EM TRANSPORTES E TRÂNSITO DE MONTES CLAROS - MCTrans E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros/MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O estágio na Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Transportes e Trânsito de Montes Claros - MCTrans obedecerá ao disposto nesta Lei e, no que couber, a Lei Federal n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008.

§ 1º - O estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 2º - O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso e visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida e para o trabalho.

Art. 2º - Para os fins desta Lei, considera-se:

I – parte concedente: MCTrans;

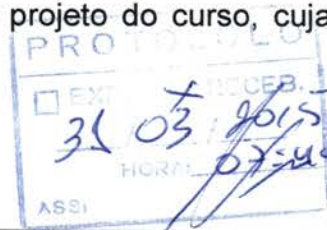
II – instituição de ensino: instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Art. 3º - O estágio de que trata esta Lei poderá ser:

I – OBRIGATÓRIO: é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja



R





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma;

II – NÃO OBRIGATÓRIO: é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Art. 4º - O estágio, em nenhuma hipótese, cria vínculo empregatício de qualquer natureza com a MCTrans, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em instituição de ensino devidamente conveniada com a parte concedente;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando ou seu representante legal, pelos representantes legais da parte concedente do estágio e da instituição de ensino, vedada a atuação de agentes de integração como representante de qualquer das partes;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º - O Termo de Compromisso será periodicamente renovado, conforme seja o curso frequentado pelo estagiário, anual ou semestral.

§ 2º - O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II deste artigo, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 5º - As instituições de ensino e a parte concedente do estágio poderão, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada a Lei de Licitações.

Parágrafo Único. Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

- I** – identificar oportunidades de estágio;
- II** – ajustar suas condições de realização;
- III** – fazer o acompanhamento administrativo;
- IV** – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;
- V** – cadastrar os estudantes.

Art. 6º - A duração do estágio, na MCTrans não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

§ 1º - Considera-se portador de deficiência o estudante que se enquadra





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

nas definições do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, devendo a deficiência ser comprovada mediante apresentação de atestado médico que conste o CID, a espécie, o nível ou grau de deficiência.

§ 2º – Fica assegurado ao estudante portador de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas.

Art. 7º – A MCTrans realizará processo seletivo para contratação de estagiários nos termos desta Lei.

Art. 8º - A jornada de atividade em estágio será de:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º - A menção da jornada deverá constar do termo de compromisso e deverá ser compatível com as atividades escolares e com o horário de funcionamento do órgão.

§ 2º - O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

Art. 9º – Na hipótese de estágio não obrigatório, o estagiário fará jus a:

I – bolsa de estágio, proporcional à frequência do estagiário, estipulada em:

a) Para estudantes de nível superior, 100% o menor vencimento pago pela MCTrans.

b) Para estudantes de nível técnico, 60% do menor vencimento pago pela MCTrans.

c) Para estudantes de nível médio, 50% do menor vencimento pago pela MCTrans.

II – auxílio-transporte, devido em razão do número de dias úteis no mês;

III – recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um)





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

ano.

§ 1º - A concessão dos benefícios relacionados nos incisos I a III, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º - O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa.

§ 3º - Os dias de recesso previsto neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos em que o estágio tenha duração inferior a 01 (um) ano.

§ 4º - Não fará jus à percepção dos valores relativos à bolsa de estágio ou ao auxílio-transporte, o estudante que exercer cargo, função ou emprego na administração pública municipal direta e indireta.

Art. 10 – O estagiário deverá registrar, através do meio adotado, diariamente sua frequência.

Art. 11 – O pagamento da bolsa de estágio será efetuado mensalmente através de recursos orçamentários próprios da MCTrans.

Parágrafo Único – O pagamento dar-se-á em folha de pagamento específica, sem que isso crie vínculo empregatício, de qualquer natureza ou para qualquer fim, entre o estagiário e a MCTrans.

Art. 12 – O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento de supervisor da parte concedente.

§ 1º - A comprovação da supervisão far-se-á mediante os vistos nos relatórios de estágio.

§ 2º - Cada supervisor acompanhará até limite de 5 (cinco) estagiários simultaneamente.

§ 3º - São obrigações do supervisor do estágio:

I – proporcionar aos educandos as condições necessárias para o exercício das atividades de aprendizado profissional, social e cultural;

II – acompanhar o desempenho dos estagiários, zelando pela correlação das atividades por eles desenvolvidas e aquelas previstas no Termo de Compromisso;

III – orientar os estagiários sobre sua conduta profissional, alertando, sobretudo, para:

a) a necessidade de sigilo acerca das informações, fatos e documentos de que venha a ter conhecimento em decorrência do estágio;





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

b) as normas internas da parte concedente;
c) a utilização da "internet" e do correio eletrônico restrita às necessidades do estágio;

IV – informar ao órgão competente da parte concedente sobre eventuais condutas inadequadas do estagiário, descumprimento de obrigações assumidas e faltas injustificadas, entre outros eventos;

V – zelar pela assiduidade e pontualidade do estagiário e pelo cumprimento da jornada de estágio;

VI – organizar a escala de recesso dos estagiários sob sua responsabilidade.

Art. 13 – O término do estágio verificar-se:

I – quando expirado o prazo de duração constante no Termo de Compromisso ou quando atingido o limite de 02 (anos) a que se refere o caput do art. 6º desta Lei;

II – pela conclusão ou interrupção do curso frequentado na instituição de ensino;

III – pela verificação da ocorrência de inobservância a norma ou regulamento interno da unidade onde é realizado o estágio;

IV – pela ausência injustificada em período igual ou superior a 03 (três) dias, consecutivos ou não, no mês;

V – a pedido do estagiário ou da instituição de ensino.

Parágrafo Único. O estagiário responderá pelos prejuízos causados, por dolo ou culpa, à parte concedente.

Art. 14 – As despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta Lei serão acobertadas pelas dotações orçamentárias próprias da MCTrans.

Art. 17 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 18 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros (MG), em 30 de março de 2015.


Ruy Adriano Borges Muniz
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 31 DE MARÇO DE 2015

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
RÉGIME DE URGÊNCIA
EM 04 DE AGOSTO DE 2015

PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

Montes Claros (MG), 30 de março de 2015.

Exmo. Sr.

Vereador José Marcos Martins de Freitas (Marcos Nem)

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros.

Ofício nº GP- 154 /2015

Assunto: encaminhamento de projeto de lei

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **"DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO NA EMPRESA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E EDUCAÇÃO EM TRANSPORTES E TRÂNSITO DE MONTES CLAROS - MCTrans E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

O presente projeto de lei tem o objetivo regulamentar a realização de estágio na Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Transporte e Trânsito em Montes Claros – MCTrans, visando a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Ruy Adriano Borges Muniz
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 46/2015 QUE “ Dispõe sobre a realização de estágio na Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Transporte e Trânsito de Montes Claros – MCTTRANS e dá outras providências.”, de autoria do Executivo Municipal.


Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Projeto de lei que verse sobre a criação de programa de estágios na MCTTRANS, sendo que não se vislumbra nenhuma ilegalidade no referido projeto ou mesmo em sua iniciativa.

Em face ao exposto, somos de parecer que o Projeto de Lei é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 01 de abril de 2015.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 46/2015

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: "Dispõe sobre a Realização de Estágio na Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Transporte e Trânsito de Montes Claros-MCTTRANS e dá Outras Providências."

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 31/03/2015, com entrada na Sala das Comissões no dia 07/04/2015.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

A Assessoria Legislativa da Casa emitiu parecer de legal e constitucional.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei tem como finalidade regulamentar o estágio no âmbito da Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Transporte e Trânsito de Montes Claros- MCtrans.

De acordo com o art. 1º, o estágio na Mctrans obedecerá as condições mencionadas nesta proposição e será subsidiada, naquilo que couber pela Lei Federal 11.788, de 25 de setembro de 2008, que normatiza os estágios dos estudantes.

Convém destacar que na Mensagem do Executivo, a futura lei possibilitará a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Assim sendo esta Comissão entende que a referida proposição não incide em vício de iniciativa, já que a matéria é exclusiva do Executivo e nem fere normas legais e/ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2015.

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva: _____

Vice- Presidente: Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira: _____

Relator: Ver. Antonio Silveira de Sá: _____



Câmara Municipal de Montes Claros – MG

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 46 de 30 de março de 2015.

Dispõe sobre a realização de estágio da empresa municipal de planejamento, gestão e educação em transportes e trânsito de Montes Claros – Mctrans e dá outras providências

EMENDA

Altera o art. 7º e acrescenta o inciso I ao projeto de lei nº 46 de 30 de março de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º A Mctrans realizará processo seletivo público, com base em critérios objetivos, previamente determinados e divulgados, de modo a possibilitar o controle público.

I – No ato da contratação o estagiário firmará declaração, anexo I, desta lei.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros – MG 21 de Maio de 2015

Vereador Professor André Ricardo Alves Martins

Vice Presidente – Câmara Municipal





acompanhamos o processo
Assessoria Técnica Legislativa pelo
legalidade.

Montes Claros 04 Agosto 2015

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized first name followed by a large, looped surname.

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Em consonância com a **SÚMULA VINCULANTE Nº 13 DE 29/08/2008**
DO **STF SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, Eu
_____, Portador do CPF nº _____
_____, residente na rua: _____
nº _____ Bairro _____
Na cidade de _____ RG _____
estado _____ declaro para fins de investidura no cargo de
estagiário que venho assumir que não sou **cônjuge, companheiro(a) ou**
parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau de
nenhum vereador da Câmara Municipal de Montes Claros e de nenhum
dos servidores da mesma investidos em cargo de direção, chefia ou
assessoramento, bem como não fui indicado por nenhum desses e nem
por secretários do Executivo ou servidor na prefeitura investido em cargo
de chefia ou assessoramento.

Estou ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal,
art. 342, e que por ele responderei, independentemente das sanções
administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste
documento.

Montes Claros _____ de _____ de 2015

Assinatura



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 46/2015 que: "Dispõe sobre a realização de estágio na Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Transporte e Trânsito de Montes Claros MCTRANS e dá outras providências.", de autoria do Vereador André Ricardo Alves Martins.

Emenda enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A emenda em comento, altera o artigo 7º e cria inciso I ao citado artigo do projeto em comento.

Primeiramente, há que se ressaltar que se pretende fazer duas alterações, uma no *caput* e a criação de um inciso, porém ambas as alterações foram apresentadas em única emenda, portanto, a existência de alguma ilegalidade seja na alteração do *caput* ou no inciso acarreta a ilegalidade de toda a emenda.

A primeira alteração pretendida é que na seleção a ser feita sejam obedecidos critérios objetivos, previamente determinados e divulgados, não havendo, ao nosso sentir, ilegalidade na alteração pretendida.

A segunda alteração prevê que o candidato firme a declaração prevista no anexo I inserido pela presente emenda.

Entretanto, o anexo está eivado de vícios o que torna a emenda ilegal, senão vejamos:

Primeiramente, a declaração a ser firmada estaria vinculada à Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal – STF, que visa coibir o Nepotismo na Administração Pública, sendo que a transcrevemos:

A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

O Nepotismo que se visa proibir é aquele onde o servidor é nomeado sem nenhum tipo de critério ou sem a existência de igualdade perante aqueles que não são parentes, portanto, a existência de uma seleção pública tem por escopo justamente garantir a todos o direito de nomeação evitando-se o Nepotismo.

Então, impedir um cidadão de participar de uma seleção pública por critério unicamente de parentesco, estaria contrariando a igualdade de oportunidades tanto buscada.

Não obstante a tal fato, a Súmula é clara ao afirmar que somente haveria a proibição “na mesma pessoa jurídica”.

A lei trata de estágio dentro da MCTRANS, então a vedação seria apenas em relação a parentes de servidores da MCTRANS, haja vista que esta possui personalidade jurídica própria, ou, em uma visão mais extensa, a pessoas do Poder Executivo, haja vista a vinculação da MCTRANS ao Poder Executivo.

Porém, o citado anexo veda que parentes de pessoas ligadas ao Legislativo Municipal também fossem nomeadas, contrariando a Súmula 13 do STF, salvo se restasse comprovada a existência de designações recíprocas, as chamadas “Nomeações Cruzadas”, o que não é o caso em tela, posto que o anexo não faz tal ressalva, vedando as nomeações de forma indiscriminada.

Por fim, ainda restaria a discussão se estágio seria ou não “Cargo”, conforme descrito no anexo, porém diante das demais razões já feitas tal discussão se torna, ao nosso sentir, desnecessária.


Assim, ao vincular a declaração do Anexo I à Súmula 13 do STF e por contrariar a própria Súmula 13, pelos motivos já expostos, a alteração pretendida se torna ilegal.

Como já dito, como ambas as alterações foram feitas em única emenda, a ilegalidade de uma alteração contamina toda a emenda, como no caso presente.

Assim, somos de parecer que a emenda em comento é inconstitucional e ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 29 de maio de 2015.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78.605